



BAHIA
GOVERNO DO ESTADO
TERRA-MÃE DO BRASIL

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2016-2019
ANO I – 2016

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2016 – 2019

ANO I – 2016

SALVADOR, 2017

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

RUI COSTA DOS SANTOS
GOVERNADOR

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
VICE-GOVERNADOR

CÍCERO DE CARVALHO MONTEIRO
CHEFE DE GABINETE DO GOVERNADOR

BRUNO DAUSTER MAGALHÃES E SILVA
CASA CIVIL

CEL PM CARLOS AUGUSTO GOMES SOUZA E SILVA
CASA MILITAR DO GOVERNADOR - CMG

PAULO MORENO CARVALHO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE

EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - SAEB

NESTOR DUARTE NETO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO - SEAP

JOÃO VITOR DE CASTRO LINO BONFIM
SECRETARIA DA AGRICULTURA PECUÁRIA, IRRIGAÇÃO, PESCA E AQUICULTURA - SEAGRI

ANDRÉ NASCIMENTO CURVELLO
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM

MANOEL GOMES DE MENDONÇA NETO
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SECTI

ANTÔNIO JORGE PORTUGAL
SECRETARIA DE CULTURA - SECULT

JORGE FONTES HEREDA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE

JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDUR

WALTER PINHEIRO
OSWALDO BARRETO FILHO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ

MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA

CÁSSIO RAMOS PEIXOTO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO - SIHS

JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS

EUGÊNIO SPENGLER
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO – SEPLAN

MARIA OLÍVIA SANTANA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM

FABYA REIS
VERA LÚCIA DA CRUZ BARBOSA
SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – SEPROMI

JOSIAS GOMES DA SILVA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – SERIN

FÁBIO VILAS-BOAS PINTO
SECRETARIA DA SAÚDE – SESAB

MAURÍCIO TELES BARBOSA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA – SSP

JOSÉ ÁLVARO FONSECA GOMES
SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE – SETRE

JOSÉ ALVES PEIXOTO JÚNIOR
SECRETARIA DE TURISMO – SETUR

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Relatório de Execução do PPA Participativo 2016 – 2019
Ano I – 2016 • *Copyright* Secretaria do Planejamento
Superintendência de Monitoramento e Avaliação

RUI COSTA
GOVERNADOR

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO – SEPLAN

CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO
CHEFE DE GABINETE – SEPLAN

ELIANA MARIA SANTOS BOAVENTURA
DIRETORIA GERAL DA SEI

MARIA LÚCIA CUNHA DE CARVALHO
SUPERINTENDÊNCIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO – SMA

VERENA DE CARVALHO RAMOS
COORDENAÇÃO DO RELATÓRIO

Equipe Técnica:

GERALDO DIAS ABBEHUSEN
DIRETOR GERAL – DG SEPLAN

ALFREDO JAIRO DOS SANTOS
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - ASCOM

DILMA SANTANA DE JESUS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – APG

SMA

ANTÔNIO LEOPOLDO MEIRA
ASSESSORIA

MARIA APARECIDA FORTES DE ALMEIDA PRESÍDIO
DIRETORIA DE MONITORAMENTO – DAM

JAMILLE SANTOS DOS SANTOS LIMA
COORDENAÇÃO DE MONITORAMENTO

Técnicos:

ALACIR DANTAS
ANA SUELY QUEIROZ FERREIRA
DORA NEUHAUS
MATEUS SANTOS SILVA
NADYA MARIA SANTANA FIGUEIREDO
ROBERLINDA RIBEIRO SANTOS
VERALÍCIA DE FÁTIMA MARQUES MENDONÇA DE BRITO

ALEXANDRE VASCONCELOS JUNQUEIRA
COORDENAÇÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Técnicos:

ERIKA OLIVEIRA PORTO MAIA

LORENA SANTOS DA SILVA
SHEILY MARIA BASTOS DE MACÊDO

CRISTINA XAVIER FERREIRA
DIRETORIA DE AVALIAÇÃO

LENALDO AZEVEDO DOS SANTOS
COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICA E ANÁLISE

Técnicos:

SUZANA VASCONCELOS
JAILSON ALVES DOS SANTOS

LAÉRCIO DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Técnicos:

FÁBIA SANTOS ALVES
MARCELO MENEZES CORDEIRO

SEI

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA/COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL

ARTHUR SOUZA CRUZ
CARLA JANIRA SOUZA DO NASCIMENTO
ELISSANDRA ALVES BRITTO
LUIZ MÁRIO RIBEIRO VIEIRA
MARCOS SANTOS DE OLIVEIRA JUNIOR
PEDRO MARQUES DE SANTANA

DIRETORIA DE PESQUISAS

ANTÔNIO MARCOS BARRETO

ARMANDO AFFONSO DE CASTRO NETO
GUILLERMO JAVIER PEDREIRA ETKIN
JONATAS SILVA DO ESPÍRITO SANTO
LUANA GABRIELA DA SILVA RODRIGUES
LUCIGLEIDE NASCIMENTO
LUIZ FERNANDO DE ARAÚJO LOBO

ASSESSORES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – APG

RONALD DE ARANTES LOBATO CASA CIVIL
HILDA KAHN PGE
WILSON MOREIRA CARDOSO SAEB
JACKSON CERQUEIRA SEAP
LUIZ GERALDO TELES FREIRE GUIMARÃES SEAGRI
MARCELA BRITTO DE SOUZA FREITAS SECOM
MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA FERREIRA SECTI
DANIEL UCHOA PEIXOTO SECULT
VALÉRIA BARRETO PERUNA SDE
EDSON VALADARES SDR
JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS SEDUR
LUIZ HENRIQUE SILVA PEREIRA SEC
ANDRÉ LUIS SANTOS CORDEIRO DE ALMEIDA SEFAZ
ADRIANO SOUZA DE OLIVEIRA SEINFRA
NINON FONSECA FERNANDES DA SILVA SIHS
IARA MARTINS ICÓ SOUSA SJDHDS
RÔMULO DE SOUZA CRAVO SEMA
DILMA SANTANA DE JESUS SEPLAN
YOLANDA DE SOUZA CHECCUCCI SPM
MARIA APARECIDA DOS SANTOS SEPROMI
OSIAS ERNESTO LOPES SERIN
FERNANDO MÁRIO PIRES DALTRIO JUNIOR SESAB
SILVANA SALOMÃO GÓES FONTES SSP
MARISTELA LOPES SETRE
RITA ESCOLÁSTICA CARNEIRO SETUR

SUMÁRIO

1. Apresentação	9
2. Introdução	13
3. Indicadores Socioeconômicos e Perspectivas do Estado da Bahia	17
3.1. Cenário Internacional – Impactos Sobre a Economia Brasileira	19
3.2. Economia Baiana	22
3.3. Considerações Finais	34
4. Plano Plurianual 2016–2019 — Modelo, Inovação e Principais Reflexos	37
5. Planejamento e Participação Social	71
6. Gestão Financeira	83
7. Desempenho dos Programas: Evolução dos Indicadores	93
8. Análise da Execução dos Programas	107
8.1. Desempenho Orçamentário-Financeiro	110
8.2. Realizações de Destaque em 2016	117
Anexo I – Desempenho dos Programas por Componentes do PPA	125
200 – Saúde Mais Perto de Você	127
201 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento	167
202 – Cultura e Identidade	195
203 – Desenvolvimento Produtivo	217

204 – Infraestrutura para o Desenvolvimento	265
205 – Pacto pela Vida	293
206 – Desenvolvimento Rural Sustentável	331
207 – Meio Ambiente e Sustentabilidade.	365
208 – Bahia Trabalho Decente.	391
209 – Desenvolvimento Urbano.	403
210 – Turismo	429
211 – Mulher Cidadã	441
212 – Educar para Transformar	455
213 – Água para Todos	511
214 – Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	543
215 – Cidadania e Direitos	563
216 – Vida Melhor.	603
217 – Esporte e Lazer.	625
218 – Gestão Participativa	637
Anexo II – Situação da Execução Física dos Programas por Território de Identidade	697
200 – Saúde Mais Perto de Você	699
201 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento	777
202 – Cultura e Identidade.	833
203 – Desenvolvimento Produtivo	859
204 – Infraestrutura para o Desenvolvimento.	937
205 – Pacto pela Vida	1013
206 – Desenvolvimento Rural Sustentável	1115
207 – Meio Ambiente e Sustentabilidade.	1315
208 – Bahia Trabalho Decente.	1349
209 – Desenvolvimento Urbano.	1373
210 – Turismo	1411
211 – Mulher Cidadã	1439
212 – Educar para Transformar	1471
213 – Água para Todos	1683
214 – Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	1805
215 – Cidadania e Direitos	1837
216 – Vida Melhor.	1993
217 – Esporte e Lazer.	2049
218 – Gestão Participativa	2075

1. APRESENTAÇÃO

As diretrizes, programas e entregas do Plano Plurianual Participativo 2016-2019, refletem o compromisso do Governo do Estado com a população baiana de executar políticas públicas efetivas que venham a incluir parcelas à margem do desenvolvimento, considerando, também, extratos já possuidores de condições de vida digna com cidadania.

O Plano vem sendo fortalecido pela escuta social, que contribui para a definição e hierarquização das prioridades do governo, pelo controle social e pela construção de uma visão compartilhada, qual seja: implantar um modelo de desenvolvimento para enfrentar os problemas de desemprego, renda, distribuição, logística, serviços, educação, habitação, segurança pública e saúde, entre outros.

O Relatório da Execução do Plano Plurianual Participativo 2016-2019, ora apresentado, é o instrumento legal (Lei nº 13.468 de 29 de dezembro de 2015) por intermédio do qual o Governo do Estado torna público as ações realizadas, durante esse ano, no âmbito dos programas do Poder Executivo.

Consoante com a palavra do Governador Rui Costa, na apresentação do PPA Participativo: “o PPA é fruto de um intenso processo de discussão que começou ainda em 2014, durante a campanha eleitoral, quando realizamos o Programa de Governo Participativo – PGP, mobilizando milhares de baianos nos 27 Territórios de Identidade. (...) Posteriormente, a partir da nossa posse em 1º de janeiro de 2015, demos início à discussão para a elaboração do PPA, utilizando como principal referência o PGP. Essa iniciativa constitui um fato inédito no Brasil: jamais o planejamento esteve tão alinhado com a participação social, com o debate coletivo e com o fortalecimento da democracia e de suas instituições. O Plano Plurianual Participativo 2016-2019, portanto, reflete os anseios, os desejos e as expectativas dos milhares de baianos que apostaram no sonho de uma Bahia mais democrática, mais inclusiva e mais desenvolvida”. (Bahia: 2015, p. 11)

Vale registrar a realização, em 2015, de uma nova Escuta Social nos 27 Territórios de Identidade, com o objetivo de referendar o conteúdo de escutas anteriores e coletar novas proposições para a elaboração do Plano Plurianual. Esse processo alcançou 2.298 participantes e selecionou 1.080 propostas, sendo 48% destas incorporadas aos programas do PPA Participativo 2016-2019.

O resultado da Escuta Social resultou na elaboração de um PPA com objetivos mais estratégicos e programas voltados para aprofundar os avanços alcançados recentemente pelo estado.

Vale ressaltar que, apesar das severas restrições fiscais, a rede e o tecido governamentais não se immobilizaram. O enfrentamento da crise tem razão de ser na perseverança de cumprir a missão política e constitucional assumida pela equipe do atual governo.

Em 2016, o Governo do Estado continuou perseguindo o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas, resultando em um nível de endividamento estadual dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL (R\$ 16,5 bilhões) e a Receita Corrente Líquida-RCL (R\$ 28,7 bilhões) – correspondeu a 0,57 em 2016, bem inferior ao limite fixado pelo Senado Federal de duas vezes a RCL.

Em face do cenário fiscal extremamente grave, o governo, em atendimento ao que preconiza a legislação vigente, procedeu a um contingenciamento da ordem de R\$ 1 bilhão em recursos do Tesouro Estadual, no âmbito da Administração direta e indireta do Poder Executivo, consolidando ainda mais a prática da racionalidade, controle e contenção dos gastos no serviço público baiano.

Entre outras medidas, ressalta-se as que contribuíram para a melhoria da gestão, destacando-se a atuação do Conselho de Qualidade do Serviço Público – CONQUALI, que vem possibilitando a formação de parceria com os órgãos e entidades da administração pública, focada na qualidade da prestação do serviço público, de acordo com as metas de governo. Com efeito, nos dias atuais, a produção e oferta de bens e serviços devem buscar economicidade, eficiência e qualidade, sejam bens públicos ou privados.

Essas medidas, diretamente relacionadas com as atividades meio, permitiram a abertura de novas frentes de trabalho na produção de bens e serviços diretamente ligados aos cidadãos.

As novas frentes se concretizaram, pois os investimentos públicos não só foram mantidos, como cresceram 45% em 2016. O total de investimento em 2015 registrou o montante de R\$ 2,2 bilhões, e elevou-se para cerca de R\$ 3,2 bilhões em 2016.

Desse modo, foi possível viabilizar um conjunto de obras para a modernização e ampliação da mobilidade urbana da capital e Região Metropolitana de Salvador – RMS em 2016. O sistema metroviário, com a entrega da Linha 01 (Lapa – Acesso Norte; Estações Retiro, Bom Juá, Bonocô e Pirajá), e a implementação dos trechos da Linha 02 (Acesso Norte-Pernambúes e Pernambúes – Aeroporto), já com primeiro trecho entregue este ano, são exemplos de aderência ao planejamento realizado.

No que tange à infraestrutura, o Governo do Estado vem articulando com o Banco Mundial-BIRD/Banco Europeu de Investimento – BEI a contratação de financiamento no montante de US\$ 300 milhões para a execução da obra de conservação e manutenção de, aproximadamente, 2.400 km de rodovias a serem iniciadas no primeiro trimestre de 2017.

Constitui outra ação importante, a execução da obra da Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOl (US\$ 1,8 bilhão) em negociação com o Governo Federal e com empresários e investidores da República Popular da China. O Governo da Bahia fornecerá o suporte técnico e realizará a licitação do trecho Ilhéus-Caetitê. Existem estratégias elaboradas para financiar a FIOl, no mínimo, até o Rio São Francisco, com o objetivo de facilitar o escoamento da produção de grãos do Oeste.

Com efeito, empresas chinesas permanecem interessadas em outros projetos estruturantes do Governo, a exemplo da construção e exploração da Ponte Salvador – Itaparica, orçada inicialmente em R\$ 7,2 bilhões, além do Veículo Leve Sobre Trilho – VLT.

A consolidação do princípio de territorialidade do PPA-P materializa-se, principalmente, pela Agenda Territorial da Bahia – AG-TER, projeto elaborado pela SEPLAN, contemplando os 27 Territórios de Identidade do Estado e já iniciado nos Territórios Baixo Sul, Irecê, Velho Chico e Litoral Sul. O objetivo principal da Agenda é a articulação de ações que visem propiciar oportunidades de desenvolvimento dos Territórios de Identidade do Estado mediante a integração de esforços entre diversos atores públicos e privados de diferentes segmentos, fomentando a cultura empreendedora para promover a geração de renda e a melhoria da condição de vida da população baiana, bem como o incremento da arrecadação do estado nos Territórios de Identidade.

A prioridade do governo com futuras gerações materializa-se com a formulação e implantação do Projeto Estadual de Incentivo à Concessão de Estágio e Primeira Experiência Profissional – Programa Primeiro Emprego. O projeto objetiva preencher 9 mil vagas até novembro de 2018 voltado para jovens egressos da Rede Estadual de Educação Profissional, formados a partir de 2015. A meta é preencher, apenas no setor público, 4,5 mil vagas até 2017, e outras 4,5 mil até novembro de 2018.

Trata-se de um projeto prioritário do governo, instituído pela Lei Estadual nº 13.459 de 10 de dezembro de 2015 e regulamentado pelo Decreto nº 16.761 de 07 de junho de 2016, que registrou, até novembro de 2016, a adesão de 96 empresas, gerando um total de 1.567 novas vagas de Menor Aprendiz, Estágio e Primeiro Emprego.

Já o Programa de Convivência com a Seca teve continuidade com suas ações ampliadas em 2016. A construção de açudes e sistemas de abastecimento na Bahia está garantida com os recursos autorizados pelo Ministério da Integração Nacional e as obras fazem parte do Programa Água para Todos que tem beneficiado os territórios, garantindo água potável, sobretudo, para a população da zona rural do semiárido, que sofre com a estiagem prolongada.

A instituição da Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido, por meio da Lei nº 13.572 de 30 de agosto de 2016, constitui, sem dúvida, um marco importante para legitimar e consolidar as ações estratégicas de convivência com o semiárido.

O presente relatório é publicizado através do *site* da SEPLAN e por meio dos representantes de conselhos setoriais e representativos da sociedade civil que participaram ativamente da formulação do PPA Participativo 2016-2019.

Ao disponibilizar à sociedade as informações sobre o desempenho dos programas, o Poder Executivo contribui para a melhoria da gestão governamental e assegura a transparência da gestão pública, fortalecendo a democracia representativa na Bahia.

João Leão
Secretário do Planejamento

2. INTRODUÇÃO

Este primeiro Relatório Anual de Governo, denominado Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019, apresenta algumas mudanças em relação aos relatórios anteriores, com o objetivo de facilitar a leitura da atuação governamental, ao integrar, em um só bloco, as informações mais relevantes decorrentes dos processos de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação coordenados pela SEPLAN e que dão materialidade, entre outros processos, ao Sistema Estadual de Planejamento e Gestão – SEPEGE. São avanços que resultam da experiência dos participantes da formulação do relatório nos últimos quatro anos e do amadurecimento dos processos mencionados, iniciados em 2012.

O relatório é apresentado em um volume impresso com dois anexos, que trazem o desempenho do PPA por Programa de Governo e o demonstrativo da execução física da ação governamental por programa e Território de Identidade, pela primeira vez, em mídia digital.

A nova proposta foi conhecida, em setembro de 2016, por todas as Assessorias de Planejamento e Gestão – APG, responsáveis pela coordenação setorial do relatório, quando foram apresentados o cronograma abaixo e os procedimentos de trabalho para a sua elaboração. Em continuidade, no período de 10 a 21 de outubro de 2016, a SEPLAN realizou a capacitação das equipes das APG e das entidades da Administração Indireta, envolvendo 300 servidores, com ênfase na integração dos processos de Monitoramento e Avaliação e na necessidade de manutenção de suas bases de dados permanentemente atualizadas, uma vez que o Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 seria extraído diretamente do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia – FIPLAN.

O FIPLAN tem sido aperfeiçoado, ano a ano, com o desenvolvimento dos módulos que sustentam as atividades de Planejamento, Acompanhamento e Monitoramento da SEPLAN, de modo a contribuir para a disseminação tempestiva das informações na Administração Estadual, bem como para a transparência e publicização da ação governamental. A partir de 2017, também os processos de Avaliação e Revisão passarão a integrar o Sistema, apontando para a possibilidade de, em breve, o Estado da Bahia, dispor de uma importante ferramenta informacional para a melhoria das políticas públicas.

Assim, este Relatório reflete o esforço continuado do governo do estado em busca da excelência na gestão e na comunicação com a sociedade, com avanços significativos em relação aos relatórios anteriores.

CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2016-2019 / Ano I - 2016	
Atividade	Data
ATIVIDADE QUE ANTECEDE O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO	
Capacitações (orientações acerca da sistemática de elaboração do relatório)	10 a 21/10
APURAÇÃO DE INDICADORES (PROCESSO DE AVALIAÇÃO - Coordenação DAV)	
E-mail da SMA disponibilizando planilha para registro dos valores apurados dos indicadores	Até 17/10
Envio à Seplan da planilha com o registro da apuração dos indicadores - data de corte 30/10	Até 16/11
Validação da versão preliminar da Avaliação Anual dos Programas do PPA 2016 (indicadores)	Até 06/01
APURAÇÃO DAS METAS (PROCESSO DE MONITORAMENTO - Coordenação DAM)	
Primeira etapa da apuração da meta no Submódulo de Monitoramento/Planejamento da Meta (data de corte 30/09)	12 a 31/10
Registro das ações que contribuíram para o alcance da meta no Submódulo de Monitoramento / Ação de Governamental	Até 02/12
APURAÇÃO DAS METAS (PROCESSO DE MONITORAMENTO - Coordenação DAM)	
Apreciação, por parte da Seplan, das ações que contribuíram para o alcance das metas no Submódulo de Monitoramento/Ação Governamental (análise e recomendações)	05 a 16/12
Atualização e Validação , por parte das secretarias, das "ações que contribuíram para o alcance das metas" no Submódulo de Monitoramento/Ação Governamental	Até 05/01
Apuração final da meta no Submódulo de Monitoramento/Planejamento da Meta (data de corte 30/12)	Até 10/01
EXECUÇÃO FÍSICA (PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO - coordenação DAM)	
Atualização final da apuração da execução física no Submódulo de Acompanhamento (data de corte 30/12)	Até 10/01
EMISSION/ EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO	
Emissão do Relatório do Fiplan pela SMA/Seplan	11/01
Envio do conteúdo à Editora	11/01
Entrega do Relatório impresso à Casa Civil	30/01

Assim 69 compromissos foram selecionados para compor o escopo do monitoramento, escolha baseada em variáveis quantitativas, diretamente ligadas à situações passíveis de mensuração, e observando também as variáveis qualitativas associadas ao desenho e conteúdo do programa. Para esses compromissos o Relatório traz informações das ações realizadas para o cumprimento das metas com execução, total ou parcial, no exercício, pactuadas em 30 reuniões de monitoramento, realizadas de 7 de novembro a 7 de dezembro de 2016, envolvendo todos os órgãos e entidades responsáveis pelos compromissos, objeto do monitoramento.

No que diz respeito à Avaliação, além de restrita à análise da evolução dos indicadores dos programas, a maior limitação está, ainda, na capacidade dos indicadores representarem o programa como um todo, vinculados que são a poucos compromissos, como se verá no capítulo que trata do tema. É preciso ressaltar, entretanto, que também nesse aspecto houve um grande avanço em relação ao PPA anterior. Os indicadores, por sua vez, são mais representativos dos compromissos aos quais estão vinculados, e houve um envolvimento maior, dos órgãos, no seu registro.

O Relatório está estruturado em sete capítulos. No primeiro é feita uma análise do desempenho da economia baiana em 2016, considerando seus indicadores econômicos e sociais no contexto do cenário internacional e da economia brasileira.

Por sua vez, comenta-se como foi a elaboração do PPA, seus princípios e diretrizes estratégicas, destacando a transversalidade e territorialidade dos programas.

No item referente ao planejamento e participação social, analisam-se os avanços da política territorial em nosso estado, referência nacional quando se fala em escuta social, e a contribuição dos Territórios de Identidade no que tange aos arranjos territoriais que legitimam e viabilizam o acompanhamento e controle da execução dos programas e suas ações. Essa dimensão, desde a publicação do marco legal que institui a Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, em 2015, tende a consolidar-se como eixo espacial direcionador das políticas públicas.

No capítulo que trata da Gestão Financeira, são apresentados os números da Receita, Despesa e Dívida Líquida do estado.

Já o desempenho geral do conjunto dos programas e de cada programa isoladamente foi classificado como (i) desempenho bom, quando 50% ou mais indicadores registraram evolução satisfatória ou sem alteração, pela inexistência de ações programadas para o exercício; e (ii) desempenho regular, quando menos de 50% dos indicadores registraram essas condições. Em face das limitações da avaliação, já mencionadas, não é possível ampliar o leque de conceitos atribuídos ao desempenho.

A execução geral dos programas será mostrada de forma sintética no Capítulo 7 com destaque para os programas com maior orçamento e as suas principais ações que materializaram as metas dos compromissos planejados no PPA-P 2016-2019.

Em seguida apresenta-se o escopo de cada programa com compromissos e ações viabilizadoras.

O Anexo I retrata a execução dos programas do PPA por meio da aferição dos indicadores de programas, da apuração das metas e da execução orçamentário-financeira. Pela primeira vez o relatório traz informações sobre a apuração da meta, o que permite observar o seu comportamento anual (abaixo do esperado, de acordo com o esperado e acima do esperado) ao longo dos quatro anos do PPA, trazendo informações valiosas para a gestão dos programas. Neste anexo, o conteúdo referente às “ações que contribuem para o alcance da meta” se apresenta só para os 69 compromissos monitorados.

Por último, no Anexo II, o Relatório traz a execução física de todos os Programas de Governo por Território de Identidade em nível de compromisso, meta, iniciativa e entrega de bens e serviços. Esse anexo, do Relatório, disponibiliza informações que permitem localizar espacialmente a entrega de bens e serviços de todos os 19 programas do PPA 2016-2019, permitindo aos órgãos e às representações territoriais avaliarem o cumprimento do princípio de territorialidade do Plano Plurianual.

Ressalte-se que, em face ao prazo legal estabelecido no art. 10 da Lei nº 13.468/15, que obriga o Executivo a encaminhar ao Legislativo (cuja abertura se dá no início de fevereiro), o relatório de avaliação parcial da execução do PPA Participativo 2016-2019, as informações prestadas pelas secretarias referentes à execução dos Programas de Governo foram emitidas do Sistema FIPLAN em 11/01/2017.

Com efeito, o trabalho coordenado pela SEPLAN, em conjunto, com todas as Assessorias de Planejamento e Gestão dos órgãos, a SEFAZ, a SEI e as equipes envolvidas com o planejamento e a gestão dos programas, foram responsáveis, por apresentar um Relatório mais fiel em mostrar o planejado, o executado e as restrições ao cumprimento das metas pactuadas no processo de monitoramento.